



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0010540-73.2014.8.26.0566 - 2014/002378**
 Classe - Assunto: **Termo Circunstanciado - Ameaça**
 Documento de Origem: **TC, OF - 125/2014 - 1º Distrito Policial de São Carlos, 1338/2014 - 1º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor do Fato: **Carlos Leandro Quitério Santos e outros**
 Data da Audiência: **25/03/2015**

Aos 25 de março de 2015, às 13:40h horas, nesta cidade e comarca de São Carlos, na sala de audiências sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito, comigo escrevente abaixo assinado, foi aberta a audiência preliminar em procedimento criminal previsto na Lei 9.099/95. Encaminhado o termo circunstanciado pela autoridade policial, que trata de **Ameaça**, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do autor do fato **CESAR AUGUSTO APARECIDO QUITÉRIO SANTOS**, desacompanhado de defensor tendo o MM. Juiz nomeado a DPE, estando presente neste ato o **DR. JONAS ZOLI SEGURA**. Inicialmente o MM. Juiz esclareceu sobre a possibilidade da aceitação da proposta de aplicação imediata da pena. A seguir, tratando-se de ação penal pública incondicionada, o dr. Promotor de Justiça, entendendo não ser caso de arquivamento, propôs a aplicação imediata da pena, nos seguintes termos: MM. Juiz: O Ministério Público, pelo seu órgão que ora o representa, considerando o disposto no art. 76 da Lei 9.099/95 c.c. arts. 44 e 45, parágrafos 1º e 2º, do Código Penal, e estando presentes os requisitos legais, propõe ao(a)s autor(a)s do fato a pena restritiva de direito, na modalidade de prestação pecuniária no valor de **R\$ 50,00**, a ser destinado à instituição **FUMCAD – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – Banco do Brasil S/A, agência 0295-X, conta nº 69550-5**, com a advertência de que o não cumprimento, no prazo da Lei, importará em execução judicial. Pelo(a)s autor(a)s da infração e o(a)s defensor(a)s foi(ram) dito que aceitavam a proposta de pena oferecida pelo Ministério Público. O MM. Juiz decidiu: Vistos. Tratando-se de delito previsto na Lei nº 9099/95 imputado a **CESAR AUGUSTO APARECIDO QUITÉRIO SANTOS** e considerando que o(à)s Ministério Público propôs a aplicação imediata da pena restritiva de direitos, que foi aceita pelo(a)s autor(a)s do fato, uma vez preenchidos os requisitos legais, aplico ao(a)s autor(a)s do fato **CESAR AUGUSTO APARECIDO QUITÉRIO SANTOS**, a pena de **R\$ 50,00**, nos termos do artigo 76, § 4º, da Lei nº 9.099/95. Publicada em audiência saem os presentes intimados. A seguir, o(à)s Ministério Público, o(a)s autor(a)(es) do fato e o(a)s Defensor(a)(es), desistiram do prazo de recurso. O(a)s autor(a)s do fato saiu citado(a)s para cumprir a pena **NO PRAZO DE DEZ DIAS A CONTAR DESTA DATA**. Caso não seja quitada a transação, o feito seguirá o seu curso, com o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

oferecimento de denúncia. **É vedado o depósito através do caixa eletrônico. Este deve ser realizado no caixa convencional e o recibo do depósito deve ser trazido ao Cartório da 2ª Vara Criminal no prazo determinado acima.** Registre-se e comunique-se, procedendo-se em seguida às anotações. **Fica autorizada a incineração da droga, se for o caso, servindo de cópia do presente termo como ofício.** Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário, digitei e subscrevi.

MM. Juiz:

Promotor:

Autor do Fato:

Defensor Público: